

Nogueira Batista diz que acordo da dívida é ruim

Rio — Advertiu hoje, no Rio, o economista Paulo Nogueira Batista Junior, da Fundação Getúlio Vargas, que o protocolo de acordo para a dívida externa do Brasil com os bancos comerciais não é tão bom para o País como vem apregoando o Governo. Segundo Nogueira, os bancos irão financiar somente 10 por cento dos juros que receberão do Brasil neste e no próximo ano.

De posse de uma cópia do protocolo (documento a que só agora especialistas n-ao ligados ao Governo tiveram acesso), Nogueira fez as contas: o financiamento parcial de juros será de US\$ 5,2 bilhões. Deduzidos os US\$ 4 bilhões referentes aos juros que não foram pagos pelo Brasil durante a moratória unilateral, o valor do financiamento adicional passa para US\$ 1,2 bilhão em 1988 e 1989. Neste mesmo período, porém, o Brasil terá de pagar US\$ 6 bilhões ao ano (US\$ 12 bilhões no total), descontada a redução de spread, que representa uma economia de US\$ 300 milhões a US\$ 400 milhões a partir deste ano — 5 a 6 por cento do total de juros devidos pelo Brasil. O novo spread é de cerca de 1 por cento ao ano, incidindo de imediato apenas sobre a dívida do setor público e não sobre a dívida interna e a privada.

— O acordo é insuficiente e não resolve nosso problema, já que a transferência líquida de US\$ 11,8 bilhões (US\$ 12 bilhões que sai menos US\$ 1,2 bilhão que entra como financiamento) é muito pesada —, declarou Nogueira, especialista em dívida externa. Esses valores n-ao incluem os juros sobre as dívidas de curto prazo, que somam US\$ 15 bilhões. “Diante da forma como o governo negociou a dívida, este é o resultado que se esperava”, lamentou o economista, sugerindo que antes da assinatura dos contratos com os bancos, para a formalização do acordo, “o protocolo seja discutido de forma abrangente — e que foi feito até agora com base em informações incompletas — porque há cláusulas que trarão sérias implicações para a economia do País”.

Prevêem algumas cláusulas do **term sheet** (último protocolo antes do contrato com os credores) a utilização de **relending** que é o reempréstimo da dívida depositada no Banco Central, para a rolagem da dívida do setor público, que representa 80 por cento do total devido. “O setor ficará sobrecarregado porque, com este reempréstimo, o País precisará gerar superávit comercial, pressionando a política monetária e a dívida interna”, explicou Nogueira.